

MULHER, MULHERES: ONTEM E HOJE

Mary Del Priore

Mulher, mulheres, mais de 500 anos depois. De 1500, data da chegada dos portugueses às doces praias do litoral da Bahia à 2010, elas tornaram-se responsáveis, segundo o IBGE, por 39,9 % de postos no mercado de trabalho e pela chefia de 22,9% de famílias num país que não cessou jamais de transformar-se. Qual a história desta trajetória, deste percurso que deve sempre ser lido no plural, pois os caminhos da mulher brasileira variaram no tempo e no espaço?

Começemos com uma pequena introdução. A mulher brasileira vem se constituindo para sociólogos, historiadores e outros cientistas da área de humanas, num dos mais importantes e recorrentes objeto de estudo. Há anos ela é estudada sob vários aspectos: nas suas formas de trabalho, nos números de sua produção, no seu status social ou jurídico, nas relações com seu corpo ou com a maternidade, em seu papel econômico e cultural ao longo da história. Duas análises distintas sobre a condição feminina coexistiram até bem pouco tempo: uma desencarnada, para a qual a mulher é um tema de pesquisa como outro qualquer, um número nas estatísticas, uma cifra nas contas; a outra, militante, política e engajada no reconhecimento da mulher como sujeito específico e dona de seus direitos. Nos EUA, notadamente, um forte movimento feminista radical desenvolveu-se. Ele contribuiu para endurecer os antagonismos entre homens e mulheres constituindo-se inclusive, na base para a criação das leis sobre assédio sexual. Esse movimento serviu para enrijecer as demandas e reivindicações femininas, exigidas, muitas vezes de forma violenta, na imprensa, nas ruas e nos campus universitários. Infelizmente, a praxe entre nós é de que tudo o que acontece nos EUA chegue no Brasil com alguns anos de atraso. Nessa triste perspectiva, será que corremos algum risco de ver desenvolver-se, nos trópicos, uma tal radicalização?

Penso que no Brasil, passados quinhentos anos de nossa história, as mulheres estão mais preocupadas em questionar e interrogar sua

identidade, do que em opor-se aos homens. Penso que para a mulher brasileira, é mais importante conhecer seu passado, o de suas mães e avós para melhor visualizar e estruturar seu futuro, sua relação com a família e o trabalho, do que polarizar debates com seus companheiros, pais e irmãos. Não creio que jamais ouviremos aqui piadas ou ditados do tipo “as mulheres não são homens como os outros”! Aqui, também, a guerra dos sexos nunca teve a amplitude que adquiriu nos EUA, nem mesmo no momento em que as mais renhidas lutas feministas apareceram no cenário social. Como em muitos outros países latinos, as brasileiras, descontentadas algumas feministas radicais, sempre se recusaram em ver no homem um inimigo hereditário. Do nosso convívio amigável, nasceu uma pergunta que estendo, hoje, às mulheres e homens, leitores desse livro: Como viver e trabalhar junto, no próximo milênio, preservando nossa identidade e conservando nossa autonomia? A imagem da mulher-objeto contra a qual se bateram tantas feministas já não cedeu lugar, pelo menos nos grandes centros, àquela da mulher-sujeito, protagonista de sua própria vida?

“No princípio era a mulher...”

Desde o “achamento” do Brasil a mulher trabalha e luta pela sua sobrevivência e dos seus. Sua trajetória passou longe dos dois estereótipos com os quais era comumente analisada pela historiografia, até uns dez anos atrás: ou acomodada, como a mulher branca de elite no interior da casa grande, de onde vigiava preguiçosamente crescer a cana que, na forma de pães de açúcar, seria enviada à Portugal. Ou, se negra, mulata, forra e pobre, uma subordinada sexual, a espera dos favores masculinos. Reforçava-se, assim, a reprodução das referências históricas mais conservadoras e a interpretação de uma certa sociedade patriarcal¹⁰¹ - aqui instalada desde os primórdios da colonização - no interior da qual a mulher era apresentada como submissa, dependente do domínio masculino e vulnerável. Ora, nos pequenos povoados portugueses espalhados por um imenso e variado território podiam se

101 - O trabalho mais importante nesse sentido continua sendo o de Gilberto Freyre, *Casa Grande Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* e, 20A. edição, Rio de Janeiro e Brasília, José Olympio, INL-MEC, 1980.

encontrar mulheres de todos os tipos, portuguesas, índias, africanas e mestiças, livres e escravas, em cidades ou regiões isoladas do interior, vivendo de forma diversa daquela apresentada pela tradição. Um dos primeiros observadores da vida independente, sem enclausuramento, em que as mulheres conduziam seus próprios negócios, empreendimentos e ações judiciais, foi o francês Pyrdard de Laval¹⁰² em passagem pela Bahia em 1611. Impressionado, ele anotou em seu diário: “Travei conhecimento e fiz amizade com outra jovem portuguesa, uma nativa do Porto, chamada Maria Mena, que dirigia uma das melhores tabernas da cidade, e não me faltou comida nem bebida, pois de tudo ela me dava quando precisava, com o conhecimento do marido, suprindo-me também de dinheiro para pagar-lhe mais tarde. Chamava-me de meu “camarada” (...) Aqui as mulheres são muito mais afáveis e amigáveis para com estrangeiros do que os homens, que são de hábito excessivamente ciumentos”.

Nos primórdios da colonização, mulheres ativas como a taberneira Maria Mena, havia muitas. Elas multiplicavam-se em pequenas comerciantes, fazendeiras, vendedoras e fabricantes de doces, rendas e fios, lavadeiras, fiandeiras, escravas, costureiras, prostitutas e parteiras. Às margens da atividade agrícola desenvolvida na maior parte da América portuguesa, muitas ocupavam-se em desenvolver um artesanato caseiro, com apoio da mão de obra indígena ou negra, que resultava em têxteis, doces em conserva, chapéus, redes, sabão e outros utensílios e produtos de uso corriqueiro cujo transporte e comercialização ficava nas mãos dos homens. Nossas irmãs do passado, circulavam sem medo de ganhar a vida, seguindo os seus companheiros na luta pela sobrevivência. Entre o fim do século XVII e XVIII, contudo, a migração interna abalou fortemente a vida familiar de muitas mulheres na região sudeste. Elas viam seus maridos partir em busca de ouro, para Minas Gerais e Goiás, ou alistar-se para lutar contra os espanhóis, deixando-as sós, com seus filhos e obrigando-as a tirar o sustento de sua criatividade. A elevada porcentagem de mulheres como cabeças de família em cidades como São Paulo, de 1765 a 1836, por exemplo, permitiu comprovar que a prolongada ausência de maridos e companheiros, aliada a outros fatores

102 - François Pyrdard de Laval, *The voyage of F.P. de Laval to the East Indies, the Maldives, the Moluccas and Brazil*, 2 vols, Londres, Hackluit Society, 1887-1890, vol.II, pp.324-26.

circunstanciais como as dificuldades de casamento, acabaram por dar, no incipiente processo de urbanização que então desabrochava, grande vigor a atividade econômica feminina. Vivendo com seus filhos legítimos ou ilegítimos, acomodando sob os mesmo teto velhos genitores, escravos e às vezes, um ou outro agregado, as mulheres não apenas sobreviviam mas organizavam condições de vida afetiva e familiar para o seu grupo¹⁰³. Vamos a um exemplo: no ano de 1836, ao norte da Sé, os domicílios compreendidos entre os números 13 e 21 do 90 quarteirão apresentavam o seguinte quadro: 9 chefes eram de sexo feminino, todas lavadeiras. Dessas, sete eram solteiras, 1 casada e 1 viúva; 7 eram pardas e brancas; 5 viviam em domicílios sem companheiros e 3, com um pequeno número de filhos ilegítimos. Dentre as que moravam sós, 3 eram solteiras, 1 casada e 1 viúva¹⁰⁴. Essas mulheres costumavam exercer sua atividade econômica nos setores menos rentáveis da economia. Sua vida cotidiana, feita de trabalho duro, era ritmada pelas festas e procissões da igreja, a tarefa de ensinar as primeiras letras e orações aos filhos ou de levá-los às benzedoras, quando pequeninos, para tratar-lhes as febres ou o quebranto. Seu mundo integrava-se à natureza que as cercava, de onde extraíam remédios caseiros, garrafadas e poções mágicas para os males do corpo ou da alma. Algumas tornaram-se poderosas curandeiras e sua intimidade com a doença, a cura, o nascimento e a morte era festejada em versos: “Pelo poder de Deus/ de são Pedro e de são Paulo/ e de todos os santos/ eu te degrado/para a ilha do enxofre/ e para o mar coalhado/ por tantos anos/quantos são os granos/ que há em alqueire/ de milho painço/ porque eu sou a benzedora/ a senhora e a curandeira”. Parte do tempo era dedicado ao suprimento dos objetos que faziam parte de sua vida privada: a confecção de cestos, redes, peças em barro. Junto com os filhos pequenos, cuidavam de quintais, hortas e da criação de animais domésticos, assegurando um mínimo de alimento e renda para a subsistência familiar.

A informação recolhida nos censos de que algumas privilegiadas viviam de “suas quitandas” ou agências” como era o caso de D. Maria Joaquina, viúva, branca de 56 anos, revela um grande número de senhoras

103 - Ver sobre a questão Maria Luíza Marçílio, *A cidade de São Paulo*, São Paulo, Pioneira, 1974.

104 - Eni Mesquita Samara, *As mulheres, o poder e a família*, São Paulo, Marco Zero / Secretaria do Estado e da Cultura de São Paulo, 1989, p.35.

de poucos, ou muitos escravos que se desdobravam em atividades múltiplas ligadas ao comércio local: intermediavam transações, agenciavam encomendas, mercadejavam produtos da roça, farinha ou toucinho, exploravam seus escravos em trabalhos como a venda de produtos tais como cera, mel, frutas, ovos apresentados caprichosamente em tabuleiros com os quais percorriam as ruas¹⁰⁵. Ou em tarefas pesadas como o transporte de cadeirinhas, tonéis de água ou de dejetos e até mesmo a prostituição. Muitas, poderosas, mercadejavam escravos ou gado que iam buscar montadas em lombo de mula, percorrendo, com destemor, estradas tortuosas e serras. O mesmo tipo de atividade encontrava-se na Bahia ou Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, o pequeno comércio mereceu cuidadosos estudos¹⁰⁶, constituindo-se na forma de sobrevivência de muitas mulheres escravas que, graças aos lucros aí obtidos conseguiram comprar de seus senhores, a própria alforria e a de seus familiares. Tantas delas, conhecidas como “negras de tabuleiro”, circulavam no interior de povoações e arraiais de extração do ouro oferecendo gêneros comestíveis como pastéis, doces, leite, pães, banana, fumo e bebidas. Muitas vendas, responsáveis pela comercialização de “secos” (tecidos, artigos de armarinho, utilidades domésticas) assim como de “molhados” (bebidas e comestíveis em geral) ficavam a cargo de mulheres forras ou livres pobres. Muitas transformavam tais vendas em concorridos pontos de encontro para cativos e libertos. Neles dançava-se ao som de batuques, tocava-se música, jogavam-se cartas, dormia-se com prostitutas e passavam-se segredos sobre quilombos e fugas de escravos. Aí, também, o ouro roubado e muitas vezes, contrabandeado, tomava um destino diferente, bem longe dos olhos das autoridades.

No nordeste¹⁰⁷, por outro lado, vamos encontrar uma sociedade altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre livres e escravos ou brancos e caboclos. Na hierarquia estabelecida entre mulheres haviam as senhoras, “dona fulana” ou apenas “dona”; em seguida as “pipiras” ou “cunhãs”, manteúdas pelo fazendeiro, mais tarde pelo político provincial e depois as escravas e negras. As mulhe-

105 - Sobre o tema ver Maria Odila Silva Dias, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

106 - Veja-se Luciano Figueiredo, *O avesso da memória - cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, Rio de Janeiro, EDUNB/José Olympio, 1993

107 - Ver Miridan Brito Knox, “Mulheres do sertão nordestino” in *História das Mulheres no Brasil*, op. cit., pp. 241-277.

res de classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mães e exercer as prendas domésticas. As menos afortunadas, viúvas ou membros da elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, ajudando, assim na criação e educação da numerosa prole que costumava cercá-las. Tais atividades além de não serem valorizadas, não eram tão pouco bem vistas socialmente. As mulheres que as exerciam tornavam-se alvos fáceis da maledicência masculina, por isso muitas vendiam o produto de sua atividade através de outras pessoas por não querer aparecer. Na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro. As pobres não tinham escolha se não garantir o próprio sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras - estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher. As escravas trabalharam principalmente na roça, mas também foram usadas por seus senhores como tecelãs, rendeiras, carpinteiras, amas-de-leite, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão de obra para todo e qualquer serviço doméstico.

Até o período em que se deu a Independência, as mulheres viviam num cenário com algumas características invariáveis: a família patriarcal era o padrão dominante entre as elites agrárias, enquanto nas camadas populares rurais e urbanas, os concubinatos, uniões informais e não legalizadas e os filhos ilegítimos eram a marca registrada. A importância das cidades variava de acordo com sua função econômica, política, administrativa e cultural. Alguns números ilustram os contingentes demográficos nos quais as mulheres eram parcelas importantes: São Paulo contava cerca de 20.000 habitantes, Recife, 30.000, Salvador, 60.000 e o Rio de Janeiro, graças à vinda de portugueses seguindo D. João VI em seu exílio tropical, era a única a contar com mais de 100.000 residentes. A população urbana, contudo, crescia desde o século XVIII, alimentando uma forte migração interna (campo-cidade) e externa (tráfico negreiro e depois de 1850, imigração européia). Apesar dos problemas de abastecimento, higiene e habitação as cidades atraíam pela enorme oportunidade que ofereciam de mobilidade social e econômica, incentivando,

simultaneamente, uma especialização profissional graças ao mercado de trabalho urbano, a miscigenação mais intensa, uma maior frequência de alforrias que terminavam por diluir a estratificação étnico-social¹⁰⁸.

Com tudo isso é bom não perder de vista que, de acordo com vários viajantes estrangeiros que aqui estiveram na primeira metade do século XIX (Saint-Hilaire, Tollenare, Debret, Rugendas, Koster, Luccock, Maria Graham) a paisagem urbana brasileira ainda era bem modesta. Com exceção da capital, Rio de Janeiro e de alguns centros onde a agricultura exportadora e o ouro tinham deixado marcas - caso de Salvador, São Luís ou Ouro Preto, a maior parte das vilas e cidades não passavam de pequenos burgos isolados como casario baixo e discreto como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Mesmo na chamada Corte, o Rio de Janeiro, as mudanças eram mais de forma do que de fundo. A requintada presença da missão francesa pode ter deixado marcas na pintura, ornamentação e arquitetura. Mas as notícias do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), e *Idade de ouro do Brasil* ((1811-1823), órgãos da imprensa oficial, ou mesmo a inauguração do Real Teatro de São João, onde exibiam-se companhias estrangeiras e onde soltavam seus trinados artistas como a graciosa Baratinha ou as madames Sabini e Toussaint, não eram suficientes para quebrar a monotonia intelectual. Além do popular entrudo e dos saraus familiares, o evento social mais importante continuava a ser a missa dominical¹⁰⁹.

Contra esse pano de fundo encontraremos mulheres de elite urbana, casadas com comerciantes de grosso-trato como, por exemplo, dona Ana Francisca Maciel da Costa, baronesa de São Salvador de Campos e esposa de Bráz Carneiro Leão, exemplo de matriarca vivendo na Corte às vésperas da Independência. Seus salões foram descritos por Maria Graham¹¹⁰, em sua segunda viagem ao Brasil em 1823, como decorados com gosto francês o que incluía papéis de parede e molduras douradas, além de móveis de origem inglesa e francesa. A neta da anfitriã, como boa filha da elite local, falava bem francês e fazia progressos em inglês.

108 - As informações desse parágrafo foram extraídas de *História Geral do Brasil*, org. Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro, Campus, 1990, especialmente do capítulo IV, de Hamilton de Mattos Monteiro, "Da Independência à vitória da ordem", pp.11-130.

109 - Idem, *ibidem*.

110 - Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

O exemplo era raro, queixava-se em 1813, John Luccock, afirmando que, bem pelo contrário, o pouco contato com a maioria das mulheres costumava desnudar sua falta de educação e instrução. Saber ler, - comentava, amargo - só o livro de reza, uma vez que pais e maridos temiam o mau uso da escrita para comunicar-se com amantes¹¹¹. Debret¹¹², por seu turno, confirmava o despreparo intelectual das mulheres de elite. Até 1815, e malgrado passagem família real, a educação se restringia a recitar preces de cor e calcular de memória, sem saber escrever nem fazer as operações. A “ignorância”, segundo ele, era incentivada por pais e maridos receosos da temida correspondência amorosa. Isso levou às brasileiras a inventar um código para a interpretação engenhosa das diferentes flores: cada flor correspondia a uma ordem ou a expressão de um pensamento. A observadora inglesa, Maria Graham, confirmou o mesmo uso entre senhoras de Pernambuco que, segundo seu irônico registro, eram mais “hábeis no uso de sinais” (com as mãos e os dedos) do que “as mulheres turcas”. Os namoros, na época, evoluíam segundo este código. Apesar dos cuidados com esposas e namoradas, não era exatamente o seu pudor que impressionava os estrangeiros. Um visitante inglês tinha sobre a moral das brasileiras um juízo bem diferente daquele que se podia esperar de mulheres que teoricamente viviam escondidas dos homens: “tanto as casadas quanto as solteiras era a mesma coisa, ou seja, imorais e ligeiras¹¹³”.

Em 1816, encontramos no Rio de Janeiro apenas dois colégios particulares para moças. Um pouco mais tarde, senhoras francesas e portuguesas comprometiam-se a receber em suas casas, a título de pensionistas, moças desejosas de aprender língua nacional, aritmética, religião, bem como bordados e costuras. Entre as jovens de elite, o costume era de aprender, graças à visita de professores particulares, piano, inglês e francês, canto e tudo o mais que permitisse “brilhar” nas reuniões sociais. Graham impiedosa com suas colegas brasileiras descrevia a mulher do ministro da fazenda, Manuel Jacinto, como “*one of the most pleasing woman I have seen in Brasi!*” mas uma das damas de D. Maria da Glória, D. Maria Cabral era assim retratada:

111 - *Diário de uma viagem ao Brasil*, São Paulo, São Paulo Editora, 1956, Brasileira.

112 - Jean-Baptiste Debret, *Viagem Pitoresca e História do Brasil*, São Paulo, Martins Fontes editora, 1954, 2 volumes.

113 - O dito é citado por Maria Graham, op.cit., p.115.

“era desagradavelmente feia, de pele gordurosa e suada, muito marcada de bexigas, grande boca de lábios finos, nariz chato, olhos pequenos pretos e vivos...sua inteligência era mais estreita que de qualquer criatura que conheci e sua ignorância proporcional à sua inteligência”¹¹⁴”.

Um outro exemplo ilustrativo de como viviam as mulheres de elite na corte imperial deixou-nos a baronesa de São Salvador de Campos, uma das mulheres mais ricas da cidade. Suas jóias se equiparavam às da imperatriz. Ao voltar do teatro numa noite em que estourou o motim de Avilez, em 1822, vestiu-se com a roupa da empregada, pôs todas as jóias dentro de roupas sujas em forma de trouxa na cabeça, saiu fugida de casa, fantasiada de lavadeira. É no Rio de Janeiro que vamos encontrar os “primeiros salões freqüentados por damas”¹¹⁵. Elas aí se entretinham em serões e partidas noturnas de jogos (o *whist*), simples entretenimentos ou bailes e recepções. Alguns dos concertos em torno dos quais se reuniam eram animados pelo famoso músico mineiro, padre José Maurício. As danças se aperfeiçoavam com mestres entendidos, responsáveis pela capacidade das alunas em exhibir passos e passes, além de coreografias estudadas. Além do professor de dança, um outro *modismo* da época eram os cabeleireiros, franceses de preferência, e responsáveis por penteados ousados e cabeleiras ou perucas. É interessante observar que nesse ambiente, as crianças eram comumente levadas aos bailes com seus pais, engrossando um espaço de sociabilidade no qual, criadas antigas e escravas conversavam com convidadas conhecidas. Na Bahia, o viajante Lindley observou entre horrorizado e divertido, as mulheres de elite executando “danças de negros”: os sensuais e malemolentes lundus e fandangos. Em 1817, Tollenare as viu igualmente bailar com animação durante a inauguração da Praça do Comércio, em Recife. Graham deslumbrou-se com o teatro em Salvador que considerou lindo e onde regalou-se observando as senhoras de elite que petiscavam e tomavam café durante o espetáculo. Outra forma de lazer já praticado pelas mulheres eram os banhos de mar: escravas acompanhavam-nas com barracas, enquanto as sinházinhas em roupas de banho escuras e compridas, soltavam suas tranças para nadar. Senhoras e mucamas

114 - Maria Graham, op.cit. pp.111 e passim.

115 - Ver Wanderley Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, São Paulo, Martins, 1959.

entravam, juntas, na água onde passavam horas a espadanar. Gilberto Freyre conta que, desde o período colonial, eram comuns tais banhos nos remansos do Capiberibe.

As mulheres de elite eram “aparentemente” muito bem vigiadas. Namoros se faziam na igreja, entre beliscões e pisadelas, ou às janelas, sob as quais os aspirantes a namorado colocavam-se rentes - era o chamado “namoro de espeque” -, murmurando palavras de amor pelas rótulas. Observador, o viajante Carl Seidler dizia que “a igreja é o teatro habitual de todas as aventuras amorosas na fase inicial...só aí é possível ver as damas, sem embaraços, aproximar-se discretamente e até cochichar algumas palavras. A religião encobre tudo; enquanto se faz devotamente o sinal da cruz pronuncia-se com igual fervor uma declaração de amor”. Escravas encarregavam-se de levar e trazer recados dos amantes depois da missa¹¹⁶.

Nas três primeiras décadas do século XIX, as fazendas de café começaram a espriar-se pelo vale do rio Paraíba. Com o terreiro em posição central, abraçado pelas senzalas, os engenhos e monjolos, nelas prevalecia uma certa rusticidade na organização de espaços. Um dos modelos femininos do período foi a linda carioca Domiciana Almeida Vallim, filha maior proprietário de terras e escravos do vale do Paraíba ou a paulista, Gertrudes Galvão de Moura Oliveira Lacerda Jordão, viúva do brigadeiro Rodrigues Jordão, rica senhora de várias fazendas, moradora numa das melhores casas da cidade de São Paulo. Nas áreas rurais, as atividades sociais femininas eram marcadas pela visitas de amigas e as diversões favoritas consistiam em bandas de música formadas por escravos, especializadas na execução de óperas européias assim como saraus musicais em torno de modinhas brasileiras. Abraçar senhoras dançando era considerado inadequado: dançava-se “à *ècossaisse*” ou o *schottich*. Doces e refrescos circulavam servidos por mucamas em bandejas laqueadas, vindas do estrangeiro. Os inventários e testamentos revelam que aí se tinha uma vida luxuosa, com alfaias de ouro e prata, jóias e baixelas e que as famílias dos plantadores de café eram servidas pelos chamados “escravos de dentro”: cozinheiras, pajens, costureiras, alfaiates, amas, mucamas, sapateiros, lavadeiras, rendeiras, seleiros. As mulheres dos

116 - Sobre o tema ver Thales de Azevedo, *As regras do namoro à antiga*, São Paulo, Ática, 1986 e Maria Angela D’Incao (org) *Amor e Família no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1989.

fazendeiros passavam o tempo entretidas com reuniões voltadas para atividades de benemerência, a participação nas irmandades e no auxílio aos pobres. Apesar do poder econômico que possuíam sua marca da distinção era o discreto uso de alguns poucos adereços franceses, o padrão do vestido negro, geralmente com detalhes de missangas, renda ou pregas e jóias simples, tipo broche ou brincos pequenos; poucos leques, mantilhas ou xales. Traziam os cabelos em coques presos para trás e tranças presas nos quais o laçarotes era uma opção possível. As feições, daquelas que se pode observar nos quadros do pintor Barandier, não traziam marcas de cosméticos. Costumavam sentar-se, com simplicidade no chão, à turca. Ao sair de casa, eram transportadas por negros em cadeirinhas pintadas e douradas ou redes ornamentadas. À noite, dedicavam meia hora obrigatória, ou mais, à oração.

“Avanços e permanências”

Depois da Independência do Brasil, nossas antepassadas tornaram-se as primeiras “mestras de letras” pois é nesse momento que surgem as escolas normais para a formação de docentes. Já em meados do Império, a feminização do magistério era um fato. Surtos de urbanização e a industrialização, no sudeste do país, tinham ampliado de tal forma as oportunidades de trabalho para os homens bem como a imigração trouxera para o país o crescimento de setores médios ávidos por uma melhor escolarização, que a escola virou um espaço quase que exclusivo da mulher. As primeiras professoras tiveram que adaptar-se a uma forma de trabalho, na qual durante muitos anos as funções de direção e inspetoria continuavam masculinas, causando-lhes inúmeras tensões. Tinham que usar uniformes sóbrios, avessos à moda e feitos para esconder-lhes os corpos, subtraindo-lhes toda a sensualidade. Manter postura digna, maneiras recatadas, bons costumes e vida privada, em absoluta discrição e silêncio, era a regra de ouro das jovens professoras.

Este foi o momento em que as mulheres adentraram um outro espaço nevrálgico: o do texto, literário ou político, muitas delas fazendo de suas plumas e canetas, uma maneira de ganhar a vida¹¹⁷. O exemplo de

117 - Ver Norma Telles, “Escritoras, escritas, escrituras”, in *História das Mulheres no Brasil*, op.cit, pp.401-442.

Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo adotado pela nordestina Dionísia de Faria Rocha, tornou-se emblemático. Casada aos 13 anos, em 1823, repudiada pela família por ter abandonado o marido um ano depois do matrimônio, sustentou mãe e irmãos ensinando num colégio. Em 1832, publicou um libelo contra o preconceito da sociedade brasileira contra a mulher intitulado “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” no qual reivindicava igualdade de direitos e de educação para suas contemporâneas:

“Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir e obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens(...) Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio, senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar”¹¹⁸”

Não foi a única. Seguiu seu exemplo a porto-alegrense Ana Eurídice Eufrosina de Baranda que no seu *Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, advogava, em 1845, a participação política da mulher na luta separatista que cindiu o Rio Grande do Sul. Na virada do século XIX, romances escritos por mulheres eram vendidos através de anúncios de jornais. Foi o caso de *Úrsula*, emocionante história de amor entre a personagem que dá título ao livro e um bacharel de Direito perseguidos por um vilão, da maranhense Maria Firmina dos Reis, jovem professora e filha ilegítima que tornou-se ativa colaboradora da imprensa local, tendo publicado outros livros e antologias além de tornar-se afamada música e compositora.. Foi também o caso de Narcísia Amália de Campos, democrata e progressista nascida em São João da Barra, no Rio de Janeiro em 1852, cujos primeiros poemas reunidos sob o título de *Nebulosas*, saíram do prelo em 1870. Houve outras, mulheres escritoras que viviam de jornais, periódicos e revistas que fundavam e animavam. Foi o caso do *Corymbo*, que durou sessenta anos (1884-1944) cobrindo as aventuras e realizações das mulheres brasileiras ou da *Tribuna Feminina*, órgão do partido republicano feminino. Jornalistas como Leolinda

118 - Idem, ibidem, p.406

Daltro, as irmãs Revocata, Luciana de Abreu, entre outras, discutiam temas, na época revolucionários, como abolicionismo, divórcio, voto feminino, a elegibilidade da mulher, a “*absurda hegemonia masculina*” além de chefiar campanhas por creches e jardins da infância ou pela melhor educação da mulher.

Enquanto algumas combatiam, através de idéias, pela melhora efetiva de suas vidas, outras sofriam na pele as dificuldades mais brutais e concretas da luta pela sobrevivência. Nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado era constituído por mulheres¹¹⁹. E mulheres que na sua maior parte eram espanholas, italianas, portuguesas, húngaras, romenas, polonesas, lituanas, sírias. Fotografias de época revelam uma enorme quantidade de moças jovens e brancas trabalhando nas indústrias de fiação e tecelagem que possuíam escassa mecanização. Em 1901 elas constituíam 67,62% da mão de obra empregada nesses estabelecimentos. Sua rotina era de 10 à 14 horas diárias em péssimas condições de higiene e brutal controle disciplinar, onde não faltava o assédio sexual. Os salários eram baixíssimos e não havia uma legislação trabalhista capazes de protegê-las de tanta exploração. Jornais anarquistas e proletários que circulavam em São Paulo na primeira década do século não deixavam de denunciar os sofrimentos a que estavam expostas. Vejamos o que dizia *Terra Livre*, em 1906:

“Estas operárias trabalham num número médio de 12 horas por dia, isto é, um dia e meio, comparando-o com o almejado dia de 8 horas, sem levar em conta os três ou quatro dias da semana em que, em muitas oficinas, o trabalho é prolongado até meia-noite, correspondendo assim o dia a 16 horas de trabalho. É isto horrível? É ou não é um regime bárbaro?”¹²⁰”

As mulheres negras após a Abolição dos escravos, em 1889, continuaram, por sua vez, trabalhando nos setores mais desqualificados e recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou. No momento em que a mão

119 - Ver Margareth Rago

120 - Apud Rago, op.cit, p.584

de obra escrava foi substituída pela mão de obra livre, a mulher colona faz sua entrada no cenário rural paulista. Inicialmente contratada junto com o marido pelo fazendeiro de café, ela acabava prestando serviços de toda a ordem além de cuidar de uma pequena horta à volta de casa e da criação de porcos e galinhas e de animar uma espécie de indústria doméstica que tinha um peso importante na produção de artigos de consumo para a família colona: preparava conservas, farinhas de milho e mandioca, gordura, sabão, salgava carnes, confeccionava colchões e cobertores, pilava arroz e café. A partir de 1960, com o violento processo de modernização do campo, a mulher colona passou a bóia fria e seu trabalho foi redefinido. “Pés de cana”, como são chamadas, ainda, hoje recebem menos do que os homens mas começam a se sindicalizar lutando de forma cada vez mais eficiente pela melhoria das condições de seu trabalho¹²¹. Nos anos 70, finalmente, a participação de mulheres em grupos comunitários organizados pela igreja católica ou outras igrejas, com o apoio de sindicatos, resultou na criação dos Clubes de Mães, de Movimentos de Mulheres Trabalhadoras, na participação em comissões jurídicas e políticas que passaram a atuar junto ao Estado no sentido de ampliar e melhorar suas condições de vida nas grandes cidades brasileiras, investindo, portanto, na formação de seu papel de cidadãs dos centros urbanos como São Paulo¹²². E mais, essas mulheres fizeram crescer rapidamente a mobilização de diferentes setores da sociedade exigindo a redemocratização do país, inaugurando novos conflitos e sacudindo o imobilismo das organizações sindicais. Mais. O conflito extrapolou as paredes de fábricas e dos limites das relações de trabalho para atingir algumas dimensões relativas às condições de vida, sobretudo nas cidades, onde os níveis de pauperização aumentaram, nestes anos. A população feminina residente nas periferias organizava-se se em associações de bairro e movimentos populares, difundindo o uso de abaixo-assinados, passeatas, manifestações na comunidade, audiências e diálogo direto com os poderes públicos, as prefeituras, secretarias de administração municipal, estadual e até federal, acabando por atuar diretamente, no sentido de melhorar o saneamento de seus bairros, a educação básica de

121 - A greve de 1984 foi deflagrada, segundo, Maria Aparecida de Moraes e Silva, por uma mulher. Ver o seu “De Colona à Bóia Fria” in *História das Mulheres no Brasil*, op.cit. pp. 555 e passim.

122 - Ver sobre esse tema Paola Cappelini Giuliani, “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”, in *História das Mulheres no Brasil*, op.cit., pp.640-667.

seus filhos, os postos de saúde para atender suas famílias. As mulheres participaram, também, do processo de elaboração da Constituição de 1988. Nela, vários direitos relativos à condição de trabalho e de vida foram definidos, atingindo diretamente a situação feminina: por exemplo, foi fixada em 44 horas a semana de trabalho, proibiu-se o trabalho de menores de 14 anos, introduziu-se o 13% salário para aposentados, criou-se a isonomia salarial entre os estados da federação, exigiu-se remuneração não inferior ao salário mínimo nacional, defendeu-se a criação de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher, a ampliação da licença maternidade e a introdução da licença paternidade, reconheceu-se o direito de chefe de família para as mulheres, fixaram-se limites diferentes na idade de aposentadoria entre homens e mulheres; instituiu-se a reciprocidade no casamento e a igualdade entre homem e mulher; deu-se às mulheres do campo o direito de registrar no seu nome os títulos de propriedade da terra. Nesse momento dois importantes processos fortaleceram a consciência e os argumentos das mulheres. Por um lado, elas perceberam a necessidade de legitimar normas universais de igualdade levando-as a quantificar as situações de discriminação, através de estudos e dados estatísticos. Por outro lado, as mulheres passaram a investir na elaboração de regras e princípios capazes de garantir o equilíbrio na participação de homens e mulheres nas diferentes esferas da vida social. Outro setor que foi beneficiado com o aumento da presença feminina foi a magistratura¹²³. No Rio de Janeiro, por exemplo, observou-se a presença de 54,6% de mulheres nos pedidos de novas inscrições na OAB em 1996, contra 34,3% em 1975. Nas diversas carreiras jurídicas públicas, também é grande o número de mulheres sobretudo na Defensoria Pública (64,2%) e no Ministério Público (61,1%). Partilhando os mesmos estudos, universidades e espaços de trabalho com homens, aprendendo sobre as mesmas bases a visão legalista do Direito elas enfrentam o mercado de trabalho e o sucesso profissional tentando associar sua prática profissional às responsabilidades domésticas e aos papéis tradicionalmente femininos de esposa, mãe e dona de casa

123 - Emprestarei as informações sobre o assunto a Eliane Botelho Junqueira em "A mulher juíza e a juíza mulher" in *Horizontes Plurais - Novos Estudos de Gênero no Brasil*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998, pp.136-161.

Como se pode ver, mesmo contra um pano de fundo onde algumas questões estão para ser melhoradas, (a segregação ocupacional por preconceito racial, as disparidades salariais, a menor participação feminina nas associações de categorias profissionais, entre outras) as mulheres vem obtendo progressivamente uma igualdade de reconhecimento, se não de direitos, com os homens. A conquista da autonomia profissional, a evolução dos modelos familiares, o controle da procriação transformaram sua imagem e situação social. A presença feminina afirmou-se notadamente no mundo do trabalho e desde os anos 1980, o crescimento da população ativa deve muito ao trabalho das mulheres e tudo indica que esta progressão se conserva apesar do desemprego. Quanto às nossas filhas, elas são as grandes vencedoras desses últimos decênios: não importa sua origem social, seus percursos escolares são melhores do que os que foram os nossos.

Contudo, numerosos estudos, demonstram a persistência de profundas desigualdades entre os dois sexos: desigualdade econômica ou de acesso aos postos de decisão e poder. Dentro dos casais, a partilha de tarefas ainda é uma doce utopia; as mulheres consagram-se três vezes mais que seus companheiros às atividades domésticas e parentais, e nesse campo, as cifras evoluem muito pouco. Quanto à representação política mesmo se ela progrediu pouco no período mais recente, ela continua o mais flagrante bastião de desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres tem ainda muito por conquistar.

Contudo, a temática das desigualdades me parece estar relegada ao segundo plano, em benefício da temática das identidades. A construção de si e o desenvolvimento pessoal me parecem uma prioridade para todos os indivíduos neste final de século XX¹²⁴. A questão maior para as mulheres brasileiras na última década tem sido a de recusar as identidades que lhes atribuem, preferindo postular o reconhecimento de sua própria identidade e de suas diferenças.

No mundo do trabalho, o modelo feminino da super mulher dos anos 80, calcado sobre um modelo masculino de forte investimento profissional e de competição, não é mais considerado atual. Isso porque são inúmeras as dificuldades e os sacrifícios das mulheres quando

124 - Emprestarei aqui algumas considerações ao artigo de Martine Fournier, "Égales et différentes" in Revue de Sciences Humaines, Nouveaux Modèles Féminins, n.85, julho, 1998, pp.20-23 bem como ao n.8 de Les Cahiers: Pouvoirs au Féminin, Paris, ENSPTT, abril, 1998.

essas querem conciliar seus papéis familiares e profissionais. Elas são obrigadas a utilizar estratégias complicadas para dar conta do que os sociólogos chamam de “dobradinha infernal”; quer dizer, a esfera pública e a vida privada. A carga mental em que se constituem as imbricações e sucessões de atividades profissionais, o trabalho doméstico, a educação dos filhos é mais pesada para mulheres do que para homens. Quando querem investir-se profissionalmente, elas acabam por hipotecar sua vida familiar ou usar todo o tipo de astuciosa bricolagem, sacrificando o tempo livre que teriam para seu prazer e seu lazer e que poderia estar sendo vivido na esfera doméstica. Muitas mulheres, menos afortunadas, são, assim empurradas para uma pesadíssima dupla jornada de trabalho.

É preciso ainda contar com os custos psicológicos do sucesso profissional. Com certeza, a performance profissional foi durante muito tempo um apanágio dos homens. Algumas mulheres receiam que içando-se à altos níveis de responsabilidade e de comando, percam sua feminilidade aos olhos de sua comunidade, solapando, também, a relação de casal. Várias pesquisas mostram que os estereótipos dos sexos - quer dizer o conjunto de traços capazes de caracterizar o homem ou a mulher - tem efeitos importantes sobre as maneiras de pensar. São as chamadas “prisões de gênero” (o “gênero” se referindo à construção social do feminino e do masculino). Assim os comportamentos são julgados diferentemente se são atribuídos à um homem ou à uma mulher. Numa mesma situação profissional dir-se-á do homem que é prudente, cuidadoso. Já de uma mulher se dirá que é pouco corajosa, timorata. Isso explica, por exemplo a auto-exclusão de mulheres de algumas áreas administrativas ou de disciplinas científicas uma vez que elas identificam estereótipos que as fazem temer que investindo-se em carreiras consideradas masculinas, elas possam perder sua feminilidade.

A novidade dos anos 90 é que ao mesmo tempo em que ocorreu uma desvalorização do esquema de subordinação do feminino ao masculino - ou seja, esmaeceu-se a figura da mulher dominada e vítima -, também o modelo do homem macho, dominador e violento caiu em desuso. Os velhos estereótipos perderam sua força por conta da evolução vinda com a educação e com a circulação de contra modelos nos meios de comunicação.

Na construção de suas identidades, cada vez mais as mulheres utilizam novas lógicas de ações individuais em função de suas motivações, de sua sensibilidade e dos valores de cada uma. Mais do que identificar-se aos valores masculinos, elas afirmam suas diferenças. E esta diferença, sofrida durante séculos, é hoje cada vez mais uma escolha, uma opção. Diversas tipologias foram criadas para caracterizar identidades femininas e masculinas. Na distribuição de valores, por exemplo, acorda-se às mulheres a empatia, o altruísmo, a proteção, a solidariedade e mesmo a preocupação ecológica enquanto atribui-se aos homens o julgamento racional, os princípios de igualdade, a imparcialidade e o espírito de competição. As profissões mais “feminizadas” atestam essas representações: às mulheres a educação, a saúde, o social.

Nos anos 80, essa questão de diferenças morais suscitou inúmeros debates pois ao atribuir às mulheres um sistema de valores diferente dos do homem, tais classificações poderiam excluí-la de postos de responsabilidade ou da vida política. Dez anos mais tarde, ou seja, agora, as discussões em torno da hierarquia de valores distribuída entre homens e mulheres não tem mais sentido. Sim, pois teorias que valorizam a “androginia” tiveram certo sucesso, propondo como indivíduo ideal, esse ou essa, capazes de adotar indiferentemente comportamentos femininos, como a sensibilidade, por exemplo; ou masculino, como a firmeza. “Um é o outro” como definiu a filósofa francesa Elizabeth Badinter¹²⁵. Querer apagar todas as diferenças tem o mérito de lutar contra os exageros daqueles que naturalizam esta diferença para justificar uma “ordem” das coisas. As pesquisas atuais apontam para uma repartição variável entre os dois sexos do que qualificaríamos de valores femininos ou masculinos. O desaparecimento dos papéis fixos deixa, assim lugar para uma rica diversidade de estratégias e de configurações oferecendo oportunidades tanto para homens quanto para mulheres, para exercer seus papéis ora de forma masculina, ora de forma feminina. Essa progressão da combinação de valores, começa a observar-se, aliás, nos centros mais desenvolvidos da sociedade em geral.

Entre a herança dos anos libertários de 68 e o desenvolvimento de um pensamento pós moderno, os valores ditos “femininos” fizeram

125 - Elizabeth Badinter, *L'uu est l' autre*, Paris, Odile Jacob, 1986.

sua intrusão e são cada vez mais valorizados socialmente. A negociação, a mediação como modos de resolução dos conflitos são preferíveis ao autoritarismo, até nas práticas de certos dirigentes políticos. A cooperação e a solidariedade, mesmo a assistência ao Outro, esvaziam o espírito de competição e egoísmo. A educação pedagógica toma o lugar, pouco a pouco, das antigas formas de disciplina repressivas. Nas sociedades ocidentais este processo de feminização começou a aparecer tanto na organização do trabalho quanto nos modos de vida, nas formas de consumo ou de comunicação. Eis porque começamos a ver na propaganda a publicidade de “homens voltados para a vida privada”, desejosos de se apropriar do que era considerado um atributo das mulheres. Não há dúvida que aquelas que o filósofo Edgard Morin descreveu como “as agentes secretas da modernidade” tornaram-se as principais personagens das mudanças estruturais em nossas sociedade.

O fim do século XX parece marcar uma ruptura na história da invisibilidade das mulheres. Só lhes falta uma participação maior na representação política. No mais, caminhamos para um pós-feminismo no qual a idéia de combinação, de associação, de mixagem tornou-se um valor fundamental, ético e universal, pois homens e mulheres não podem viver uns sem os outros. Nessa ótica, a diferença de sexos não invalida a igualdade entre sexos, ao contrário, torna-a mais rica, mais densa. Eis porque, em vez de pensar numa guerra entre os sexos era preciso encarar as relações como uma negociação, uma política de sexos onde as diferenças não fossem falsamente pensadas e racionalizadas em termos de superioridade e inferioridade mas sim que esse diferencial, essa singularidade, se baseasse nas semelhanças e diferenças entre sexos.

Nesse momento em que as mulheres tornaram-se verdadeiros atores sociais na escolha de suas vidas e de sua maneira de ser, os modelos femininos tornaram-se complexos e diversificados. As mulheres reivindicam não mais ser reduzidas à uma só dimensão: elas querem ser simultaneamente mães, mulheres ativas, trabalhadoras, cidadãs e personagens de seu lazer e prazer. E isso tudo com o estilo próprio com que cada uma irá construir suas relações com o homem. Pois elas sabem perfeitamente que o pilar da família e de uma sociedade saudável não é apenas a mulher: mas o homem e a mulher

Para finalizar gostaria de lembrar que no mundo do trabalho vamos assistir doravante, uma revolução. O mundo industrial, a empresa nos moldes tayloristas, tende a desaparecer cedendo lugar às multinacionais, às empresas em rede, às malhas de comunicação. Os territórios desaparecem para dar lugar à circulação de fluxos. O desenvolvimento dos empregados tomou o lugar da gestão de pessoal. O cliente adentrou a empresa, e com sua opinião ele é capaz de transformar os modos de organização antes rígidos; ele existe e exige ser reconhecido como tal. A passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade de informação apoia-se no abandono dos modelos tradicionais de organização de trabalho para caminhar na direção de novas normas, culturas, valores, maneiras de gerenciar ou de trabalhar.

Tornou-se banal dizer que o mundo está globalizado, complexo e incerto, mas a banalidade das palavras não deve mascarar a força das revolução que estamos vivendo. O mundo do trabalho concebido como um motor tornou-se um organismo vivo onde a simples racionalidade é insuficiente para compreender funcionamentos complexos. É dentro desta complexidade que a mulher irá encontrar a força de sua utilidade e de sua legitimidade. Face à tantas mutações e rupturas é importante que a mulher em síntese com o homem, busque as linhas de força de uma outra maneira de viver e de trabalhar buscando, sobretudo, conciliar o econômico e o social. Não esperemos se quer que os homens venham nos buscar para essa aventura, pois corremos o risco de nos decepcionar...aproveitemos as extraordinárias oportunidades que nos são oferecidas com as transformações sofridas pela sociedade brasileira nos últimos dez anos, para construir um III milênio rico de esperanças para ambos: mulheres e homens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- Eni de Mesquita Samara: *As mulheres, o poder e a família*, São Paulo, Marco Zero/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- June Hahner, *A Mulher no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- Leila Mezan Algranti, *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia*, Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/EDUNB, 1993.

Luciano Figueiredo: *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/EDUNB, 1993.

Maria Odila Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

Margareth Rago *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, Rio de Janeiro, paz e Terra, 1985.

Mary Del Priore, *Ao sul do corpo - Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*, Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/EDUNB, 1993.

Mary Del Priore (org) *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, UNESP/Contexto, 1997.

Raquel Soihet, *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana*, Rio de Janeiro, Forense, 1989.